

# São Paulo quer melhorar a escola pública

por Maria Hirschman  
de São Paulo

O atual governo de São Paulo divulgará na próxima segunda-feira as diretrizes a serem adotadas para a educação no estado, definida como prioridade da atual administração. "A escola pública é no fundo um sistema de carências que consome uma brutalidade de recursos que são mal administrados, mal gastos e insuficientes. É necessário introduzir técnicas de gerenciamento que dêem mais eficácia ao sistema", explicou o presidente executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Cesar Callegari, que foi o secretário adjunto de Cultura quando o atual secretário da Educação, Fernando Morais, ocupava essa pasta.

A FDE foi criada em 1987 pelo então governador Orestes Quérzia e passou a desempenhar as funções de parte da Companhia de Construções Escolares de São Paulo (Conesp), da Fundação do Livro Escolar e da já extinta Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (Cenafor). Essa fundação deve equipar as escolas com mobiliário e material, além de conservar e ampliar os prédios. E também responsável pelo treinamento e pela reciclagem dos cerca de 220 mil professores que compõem a rede pública de ensino em São Paulo. A FDE tem um orçamento inicial para este ano de Cr\$ 30 bilhões (US\$ 115 milhões), com possíveis suplementações de verba, beneficiando o sistema de ensino como um todo.

A Secretaria de Educação tem um orçamento previsto para este ano de Cr\$ 394 bilhões (US\$ 1,51 bilhão), o que representa 12,12% do orçamento total do estado (81% desse valor é gasto com salários). Ela é responsável por 80% das escolas públicas de 1º grau e 67% das de 2º grau existentes no estado. A intenção do governador Luiz Antônio Fleury Filho é, segundo Callegari, fazer da educação a ação central de seu governo, dando condições políticas, administrativas e financeiras para melhorar o ensino público.

Callegari destacou que o reconhecimento dos problemas enfrentados pela educação e algumas medidas corretivas foram objeto das administrações anteriores. A diferença agora é o aprofundamento que se pretende dar a essa questão. Entre as medidas tomadas pelo governo anterior, Callegari destacou a criação, em 1988, dos Centros Específicos de Formação do Magistério (Ceipans) e dos sistema de jornada única para a 1º e 2º séries primárias, que passaram a ter uma jornada de seis horas ao invés da jornada normal de quatro horas de aula diárias.

Um dos pontos deficientes no atual sistema de educação é a capacitação dos professores. "Eles são produtos de processos ineficientes, são mal formados e o sistema tem poucas ações efetivas para qualificar essa mão-de-obra", afirmou o presidente da FDE.

Dentro de uma política de desenvolvimento dos recursos humanos estariam incluídos um plano de recuperação salarial a longo prazo e a implantação de um programa de avaliação de desempenho e qualificação profissional que crie mecanismos de identificação das carências, ajudando a formar os programas de capacitação. Hoje em dia, os professores só são avaliados por assiduidade e tempo de serviço, para cálculo dos benefícios.

Um outro projeto a ser desenvolvido é a ampliação dos investimentos em manutenção preventiva, o que pode reduzir custos maiores no futuro. A participação do setor privado na conservação das escolas já está em fase de discussão e, segundo Callegari, já foram feitos alguns contatos, inclusive com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). "Eles têm se mostrado dispostos a participar", afirmou.

Um dos sintomas que revelam os graves problemas enfrentados pelo ensino público é a ampliação dos cursos supletivos, que permitem àqueles que não completaram seus estudos retornar à escola e obter um diploma que não requer a mesma carga horária que os cursos regulares, que são fornecidos tanto para o 1º quanto para o 2º grau, no período noturno, e que são cursados por adultos. O índice de aprovação no ano passado foi de somente 70,8%, o que estimularia o abandono. Segundo dados da Secretaria de Educação, a taxa de evasão foi, no período, 16,96%. Esse número, entretanto, não reflete totalmente a realidade porque ele não computa o aluno que se transferiu de escola no meio do ano letivo. Isso só será possível neste ano, com a informatização da secretaria que a Prodesp começou a desenvolver no último mês de março.

Possíveis direções a serem tomadas para melhorar o atual quadro da educação no Estado são a reorganização das seis mil escolas através da especialização das unidades e a ampliação do sistema de jornada única para as 3º e 4º séries, nos locais onde isso for possível. "Existem bolsões com escolas superlotadas que trabalham até com sete turnos", afirmou Callegari. Nesses lugares a ampliação da jornada para seis horas diárias é impossível.

O sistema de municipalização de ensino, iniciado na gestão do ex-governador Franco Montoro, já atinge 340 municípios. Trata-se de um programa de livre adesão através do qual uma comissão formada por membros da sociedade civil, profissionais das escolas, pais de alunos, prefeitura e Câmara dos Vereadores passa a administrar as escolas e as verbas repassadas pelo estado. A intenção do atual governo é fortalecer esses convênios. Callegari afirmou que é importante "estabelecer programas de municipalização mais claros" e que isso permite uma aproximação entre as escolas e a sociedade, o que é extremamente importante para obter melhores resultados.